

A importância da brincadeira na constituição do homem cívico

Rachel Herdy de Barros Francisco*

A literatura brasileira dos últimos anos, em consonância com os recentes desenvolvimentos nos campos da ciência política e da sociologia nos foros acadêmicos internacionais, tem manifestado interesse especial pelo tema do republicanismo¹. Esse interesse decorre da expectativa de certos intelectuais de que essa tradição possa nos ajudar a pensar uma forma de sociabilidade capaz de se adequar aos problemas decorrentes da complexidade da vida contemporânea. O retorno ao paradigma da teoria republicana – assim como o conseqüente ressurgimento do tema da cultura política – exprime o desejo de recuperar nos referenciais teóricos do passado as matrizes conceituais capazes de elucidar a análise de um dos principais problemas da vida política contemporânea: o homem cívico.

Esse ideal republicano – que aqui será denominado de civismo – constitui uma das leituras possíveis do conceito de cidadania, precisamente a que enfatiza a dimensão cultural e a pretensão de excelência da participação². A atualização deste conceito de cidadania,

* Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio e Coordenadora de Publicações do Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Departamento de Direito da PUC-Rio.

¹ Ressaltam-se as duas coletâneas nacionais sobre a temática: BIGNOTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000; CARDOSO, Sergio (org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

² Sobre o conceito de cidadania neste sentido, Cf. REIS, Elisa Pereira. “Sobre a Cidadania”, in: *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. pp. 27-41.

o qual se opõe à abordagem que enfoca a cidadania como *status* ou prerrogativa, (cujo marco-referencial pode ser identificado no pensamento social e político de Marshall), vem à tona na figura do homem cívico. Acontece que esse ideal de excelência da participação não é determinado por elementos institucionalizáveis, isto é, por fórmulas escritas, como o reconhecimento formal de direitos e garantias democráticas nas constituições. Com efeito, tal ideal exige a confluência de certos estados subjetivos que determinam um padrão de conduta moral e virtuosa. Daí sobressai a importância das considerações psicanalíticas sobre a constituição de uma personalidade – ou melhor, um *self* – afeita ao civismo.

Pretendo mobilizar neste ensaio algumas contribuições desenvolvidas nos campos da psicanálise e da sociologia política que, acredito, podem fornecer um quadro interessante para a análise do tema do civismo. É assim que abordarei, num primeiro momento (1), a sugestão de Donald Woods Winnicott, psicanalista de origem britânica que desenvolveu estudos clínicos com bebês e crianças (em fase posterior aos estudos psicanalíticos de Freud), cuja abordagem manifesta-se no sentido de que um ingresso criativo do indivíduo na sociedade depende da adaptação deste ao meio-ambiente nos estágios primitivos e transicionais do desenvolvimento de sua personalidade. Trata-se de um esforço para se pensar as possibilidades de discussão de um dos temas centrais ao republicanismo – a figura do homem cívico – por meio de um recurso à psicanálise. Num segundo momento deste ensaio (2), serão abordadas algumas reflexões no campo da sociologia política que se relacionam com a questão aventada. O foco aqui recai sobre os estudos que abordam o tema da cultura política e a centralidade do papel da confiança, a fim de saber se, e em que medida, este campo de investigações aproxima-se das interpretações psicanalíticas do comportamento político, realizadas por Winnicott.

Finalmente, antes de iniciar a minha abordagem, é preciso afirmar que entendo que a figura do homem cívico representa a possibilidade de um viver imaginativo e criador, exatamente nos termos expostos por Winnicott. A criatividade é entendida, portanto, como a abordagem que o indivíduo tem para com a realidade externa, a qual representa, na vida adulta, a sociedade. Significa dizer: supondo a existência de um indivíduo com capacidade cerebral razoável para se tornar uma pessoa

ativa e tomar parte da vida na comunidade, a criatividade somente não surge quando o indivíduo é doente – hipótese excluída – ou quando fatores ambientais não permitem a manifestação de processos criativos³ – essa última sugestão constitui a tese fundamental de Winnicott.

1. Do brincar ao viver criativo. Uma abordagem psicanalítica acerca da constituição do homem cívico

Parto da hipótese de que as experiências culturais estão em continuidade direta com a brincadeira: a brincadeira daqueles que ainda não ouviram falar em jogos.

– Donald Woods Winnicott (1951)

A incursão de Winnicott no campo das experiências culturais parte da constatação clínica de que certos indivíduos vivem criativamente enquanto outros não. De maneira a dar conta dessa variável observada no comportamento dos seres humanos analisados, o autor sugere a possibilidade de que a existência de um viver criativo encontra-se diretamente relacionada a provisões ambientais suficientemente boas nos estágios primitivos da vida de um indivíduo, precisamente no momento em que ocorrem os chamados “fenômenos transicionais”. Winnicott pretende realizar uma investigação etiológica com vistas a encontrar o momento em que os indivíduos perdem (ou adquirem) essa capacidade de viver criativamente. Resumidamente, a tese central é a de que a experiência criativa começa com o viver criativo, manifestado primeiramente na brincadeira⁴:

Trata-se de descobrir aqui uma maneira de estudar a perda, pelos indivíduos, de um ingresso criativo na vida ou da primeira abordagem criativa aos fenômenos externos. Estou interessado na etiologia. No caso extremo, existe um fracasso relativo, *ab initio*, no estabelecimento da capacidade pessoal para o viver criativo.⁵

³ WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 98.

⁴ Cf. WINNICOTT, op.cit., p. 139.

⁵ Id., p. 99.

Na sua *démarche*, o autor postula a hipótese de uma terceira área, potencialmente existente, denominada “da brincadeira” ou “da experiência cultural”, localizada entre a realidade psíquica interna do indivíduo e o meio ambiente no qual este se insere, de natureza variável e produto das experiências pessoais de cada indivíduo. É precisamente nesta área intermediária que se realizam as formas de um viver criativo. Esse espaço intermediário potencial, que constitui, nos estágios primitivos da vida, aquele que se situa entre a mãe e o bebê, pode ser pensado, nos estágios posteriores do desenvolvimento do ser humano, como sendo aquele localizado entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade – o espaço público⁶. Tal área potencial passa a existir no momento em que ocorrem os fenômenos transicionais, quer dizer, no momento preciso da transição do bebê do estado inicial em que se encontra completamente fundido com a mãe, numa situação vislumbrada como de total onipotência, para um outro estado do desenvolvimento em que se separa dela e é capaz de percebê-la como algo que se localiza ao exterior. Winnicott acredita que a área dos fenômenos transicionais é decisiva para a constituição de um viver imaginativo e criador – isto é, de um homem cívico.

Na fase de transição, compete à mãe propiciar uma adaptação gradativa do bebê ao meio ambiente, desde o momento em que este se encontra numa relação confusional com ela, no qual se manifesta a onipotência do indivíduo, até a fase em que se choca com a existência externa da mãe. Neste momento transicional fundamental, quando então se origina a experiência cultural, observa-se a utilização dos objetos transicionais, que representam, segundo Winnicott, a primeira manifestação criativa do indivíduo – a brincadeira.

Há uma evolução direta dos fenômenos transicionais para o brincar, do brincar para o brincar compartilhado, e deste para as experiências culturais. O brincar implica confiança e pertence ao espaço potencial existente entre (o que era a princípio) bebê e a figura materna (...).⁷

⁶ Id., p. 142.

⁷ Id., p. 76.

O espaço potencial da experiência criativa somente se evidencia quando as provisões ambientais no momento da transição podem ser consideradas como suficientemente boas. Com efeito, de acordo com Winnicott, é preciso que no momento em que a mãe diminui o grau de adaptação às necessidades do bebê, com o intuito de que este venha a se constituir de modo separado, se possa verificar a existência de um sentimento de confiança. É preciso que o bebê sinta-se confiante na fidedignidade do novo meio-ambiente com o qual se depara, que haja uma espécie de “auto-realização relaxada”, o que somente pode ser permitido pela sensibilidade e pelo amor da figura materna⁸. Um possível déficit de confiança, que resultaria numa adaptação suficientemente ruim ao meio-ambiente, não permite que o bebê venha a se tornar um adulto com capacidade lúdica, uma vez que o espaço potencial onde se localiza a experiência cultural encontra-se limitado. Assim:

Onde há confiança e fidedignidade há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural.⁹

Em síntese, Winnicott afirma que a experiência cultural localiza-se num espaço intermediário potencial, de caráter variável nos indivíduos, entre a realidade psíquica interna e o meio-ambiente, onde se manifestam a capacidade de brincar da criança e, na vida adulta, a possibilidade de um viver criativo. Esse espaço é variável e potencial, pois depende da existência de um sentimento de confiança por parte do bebê com relação à fidedignidade do meio-ambiente com o qual se depara nos momentos transicionais mais primitivos da existência, sentimento que cabe à mãe

⁸ Vale ressaltar, de acordo com Winnicott, que este sentimento de confiança manifesta-se igualmente nos tratamentos analíticos em que o paciente precisa sentir a fidedignidade do analista, conforme a adaptação deste às suas necessidades, para que possa alcançar enfim a emancipação e a autonomia. “Tal como o bebê com a mãe, o paciente não pode tornar-se autônomo, exceto em conjunção com a boa vontade do analista em deixá-lo partir, e, contudo, qualquer movimento por parte do terapeuta, que se afaste de um estado em que ele esteja fundido ao paciente, se encontra sob funesta suspeição, de modo a sugerir a proximidade de um desastre” (WINNICOTT, op.cit., p. 149).

⁹ Id., p. 150.

propiciar. Na experiência clínica com os bebês, o autor observou que, em ambientes favoráveis, no qual existe o sentimento de confiança, ocorre uma adaptação suficientemente boa por parte do bebê no momento da separação da mãe, e o espaço potencial, até então latente, se evidencia com a manifestação criativa do indivíduo.

Este breve resumo da incursão etiológica de Winnicott no tema da emergência do indivíduo com capacidade criativa – o qual identifiquei, como disse anteriormente, com o homem cívico, típico da tradição republicana, que se sente ativo e impelido a participar dos assuntos no espaço público – permite-nos introduzir um campo de investigações da sociologia política que se relaciona com a tese aventada, sobretudo no tocante às interpretações do comportamento político.

2. Considerações sobre a relação entre cultura política e confiança nos estudos de sociologia política e as possíveis aproximações com a teoria da experiência cultural de Winnicott

Como disse antes, pretendo ressaltar neste ensaio que a categoria cultura política representa a tradução, para o campo da sociologia política, da figura do indivíduo autônomo e criativo, desenvolvido por Winnicott. A cultura política pode ser entendida como a disposição do cidadão, homem cívico, para participar das decisões políticas no espaço público, à semelhança da disposição da criança para brincar nos momentos transicionais da experiência. O estudo proposto, por se situar no campo das possíveis interações entre cultura e política, não poderá prescindir de uma identificação das principais matrizes teóricas acerca do conceito de cultura política, hoje amplamente revisitado pelas reflexões sociológicas recentes acerca dos pressupostos das instituições democráticas. Ressalte-se em especial a publicação de estudo pioneiro, resultado de um *survey* realizado na década de 60, por Gabriel Almond e Sidney Verba, intitulado *The civic culture – Political attitudes and democracy in five nations*, cuja proposta central consistia numa avaliação comparativa dos comportamentos políticos em cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México¹⁰. O estudo afirma

¹⁰ ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

a idéia de que as diferenças interculturais identificadas têm importantes conseqüências políticas.

Na busca do referencial teórico-conceitual sobre o tema da cultura política, a discussão é redirecionada para a análise das abordagens antitéticas acerca das atitudes e comportamentos políticos: de um lado, a corrente racionalista, que se assenta na conhecida *rational choice theory*, de outro, a culturalista, que considera como relevante para a sociabilidade a existência de determinados contextos sócio-econômicos e institucionais.

A teoria da escolha racional¹¹, baseada na teoria dos jogos, normalmente ilustrada com o “dilema do prisioneiro”, considera a motivação dos atores sociais como resultante de operações mentais racionais, sempre orientadas a objetivos particulares e egoístas. A perspectiva enfoca uma concepção de racionalidade que remete à questão da instrumentalidade e do utilitarismo. Essa corrente tornou-se popular e passou a representar o modelo dominante de análise, quase sempre requisitada por conservadores e defensores de propostas de cunho neoliberal. Os fatores culturais, portanto, encontram-se aqui subordinados, em grande parte, pela dificuldade de manipulação de indicadores precisos.

A corrente culturalista¹² inclui na análise dos comportamentos políticos uma série de variáveis macro-sociológicas – confiança interpessoal, familismo amoral, desigualdade, despotismo administrativo – que conformam o contexto em que o indivíduo se insere. O termo cultura política foi empregado, na obra acima aludida, de Almond e Verba, num sentido eminentemente culturalista, na medida em que se referia à “orientação psicológica em direção a objetos sociais”¹³,

¹¹ ELSTER, John. “The market and the forum: three varieties of political theory”, in: BOHMAN, James; REHG, William (Ed.). *Deliberative democracy. Essays on reason and politics*. Massachusetts: MIT, 1997. pp. 3-34; PRZEWORSKI, Adam. “A minimalist conception of democracy: a defense”, in: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano (Ed). *Democracy's Value*. Cambridge: University Press, 1999, pp. 23-55.

¹² PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton, 1993. INGLEHART, Ronald. “Trust, well-being and democracy”, in: WARREN, Mark (org.). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; INGLEHART, Ronald. “The renaissance of political culture”. *American Political Science Review*, vol. 82, n. 4, dez. 1988. pp. 1203-1230.

¹³ ALMOND; VERBA, *op.cit.*, p. 14. Tal estudo foi amplamente criticado por não apreciar a dimensão cognitiva presente nas atitudes políticas dos entrevistados. Como resultado, no ano de 1981, os autores publicaram um segundo estudo, intitulado *The Civic Culture Revisited*, no qual comentadores diversos analisaram o tema.

determinada pelo conjunto de crenças e sentimentos de um sistema político específico. Aqui se vislumbra a tese de que a existência de uma comunalidade prévia de valores é capaz de efetivar as instituições democráticas. Os defensores desta corrente pretendem abarcar, ainda, os fatores institucionais, como o sistema partidário e a lei eleitoral, assim como psicossociológicos. A crítica que se costuma dirigir a essa perspectiva consiste em que o cidadão, como homem dotado de cultura política, é retratado como um autômato da norma, na medida em que os comportamentos são condicionados por constrangimentos ambientais.

Uma breve análise da contraposição entre, de um lado, as chamadas teorias racionalistas e, de outro, a vertente culturalista, demonstra a necessidade de uma visão complementar e mais sofisticada. Entendo, com boa parte da doutrina¹⁴, que não há uma tensão constitutiva entre as duas correntes analíticas acerca das atitudes e comportamentos políticos do homem, na medida em que o homem move-se no espaço público tanto em razão de determinações racionais e egoístas, consideradas de forma reflexiva, como em função de normas e costumes sociais, os quais são levados em conta nas escolhas individuais. Os grandes desafios dessa ambivalência residem na conciliação das tensões daí resultantes.

Neste momento, é consentido salientar o fato curioso de que um dos temas centrais nos estudos sobre cultura política é justamente o papel que se atribui à confiança. Costuma-se afirmar que a confiança interpessoal representa o componente básico da existência de uma cultura política democrática. A tese é a de que a existência de confiança entre os indivíduos possibilita um maior envolvimento, uma maior sociabilidade e um aumento da participação política dos cidadãos; portanto, um fortalecimento da democracia.

Confiança interpessoal é vista por essa literatura como um componente básico de um padrão cultural que estimula a ativação política e a mobilização de indivíduos, aumentando a responsividade e *accountability* do sistema político.¹⁵

¹⁴ INGLEHART, *op.cit.*

¹⁵ SELIGSON, Mitchell; RENNO, Lucio. "Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional", in: *Revista Dados*, vol. 43, n. 4, 2000.

Destaca-se no estudo desta temática a contribuição do cientista político Ronald Inglehart que, apoiado nos estudos de Robert Putnam, sugere que a confiança interpessoal é elemento essencial para a existência de uma cultura política democrática¹⁶. De acordo com Inglehart, citado em recente ensaio de João Feres Jr. e José Eisenberg¹⁷, o grau de confiança de uma sociedade relaciona-se com as suas tradições culturais e religiosas herdadas, de modo que o protestantismo, por exemplo, proporcionaria, ao contrário do catolicismo, um maior nível de confiança interpessoal. A confiança aqui seria transmitida por uma herança cultural histórica específica, profundamente entranhada nas práticas de uma comunidade. Trata-se, como se vê, de uma abordagem claramente orientada para a corrente culturalista.

Da mesma forma, como se demonstrou, a aproximação da psicanálise de Winnicott ao tema da cultura política ressalta o papel da confiança no meio-ambiente, determinada nos estágios primitivos do desenvolvimento da personalidade do indivíduo, momento crucial para a existência de um cidadão ativo e criativo. Acontece que, a meu ver, a chave de Winnicott parece orientar-se no sentido contrário daquele proposto pelos estudos culturalistas no campo da sociologia política, uma vez que atribui à confiança nas provisões do meio-ambiente a condição de possibilidade de um viver criativo, e não o saldo resultante de uma cultura política específica. A questão que fica por responder é se a confiança deve ser entendida como o produto de uma cultura política específica, de uma herança cultural transmitida historicamente, conforme a avaliação da corrente culturalista da sociologia política, ou se, inversamente, deve ser compreendida como o fundamento que possibilita a existência de um

¹⁶ Cf., especificamente, INGLEHART, *op.cit.*; PUTNAM, *op.cit.* Vale ressaltar que os estudos de Inglehart baseiam-se na realização de um *survey* mundial entre 1990-1993, no qual se demonstrou que no Brasil somente 7% dos entrevistados responderam que a maioria das pessoas são dignas de confiança, o resultado mais baixo entre os 43 países pesquisados. Cf. EISENBERG, José; FERES Jr., João. *Dormindo com o inimigo: uma crítica analítica do conceito de confiança*. Manuscrito, 2004, p. 1.

¹⁷ EISENBERG; FERES Jr. Os autores abordam o tema de maneira crítica, apontando as inconsistências das teses aventadas, os problemas decorrentes da variação semântica do termo nas línguas dos países analisados e, por fim, propõem o conceito de confiança institucional como uma alternativa para a aferição real de regimes democráticos. Mitchell Seligson e Lucio Renno, no artigo acima citado, também criticam a limitada operacionalidade do conceito de confiança.

estado subjetivo, o qual permite a emergência de uma cultura política específica, a democrática, representada pelo viver criativo de Winnicott.

Winnicott chama a atenção para o fato de que o espaço potencial intermediário onde se atualiza o viver criativo do ser humano, representado em seus estudos pelo brincar da criança nos estágios primitivos da vida, é altamente variável – e, por isso mesmo, potencial, uma vez que pode não entrar em evidência na vida do indivíduo –, ao contrário dos espaços constitutivos da realidade psíquica interna e do meio ambiente – o primeiro determinado biologicamente, segundo Winnicott, e o segundo de propriedade comum¹⁸. Essa constatação pode, de fato, ser comprovada por meio da observação dos diferentes comportamentos dos seres humanos na fase adulta, especificamente com relação ao espaço público, onde se constata uma clara apatia social. Pois bem. Mas se a apatia social decorre, para Winnicott, de uma má adaptação do indivíduo nos estágios mais primitivos de sua existência, onde se inserem as teorias que afirmam a existência de uma cultura política específica para a eficácia das instituições democráticas? A questão, afinal, localiza-se no plano individual do desenvolvimento do self nos estágios primitivos da existência humana ou, como defendem os sociólogos culturalistas, no plano da herança cultural histórica? Será possível conceber uma dimensão sem a outra? Essa ambigüidade pode ser vislumbrada nas duas afirmações antitéticas reproduzidas no esquema abaixo:

O sentimento de confiança na fidedignidade do meio-ambiente possibilita a emergência de uma cultura política democrática (Winnicott).

A existência de uma cultura política democrática possibilita a emergência do sentimento de confiança (Corrente Culturalista).

Parece que estamos diante de duas concepções antagônicas acerca do processo de socialização, as quais correspondem, arrisca-se dizer, a duas concepções antropológicas diametralmente opostas. É assim que se pode identificar, de um lado, uma concepção de homem como um indivíduo com capacidade criativa, o que permite pensar a democracia como uma forma de emancipação; de outro lado, vislumbra-se uma

¹⁸ Cf. WINNICOTT. op.cit., p. 142.

concepção que considera o indivíduo um autômato das normas sociais, sem que se atribua qualquer valor à sua capacidade criativa, sendo a sua produção cultural uma manifestação de ações irrefletidas e automáticas determinadas pela comunidade.

A presente questão remete-nos a uma interrogação ainda maior: existe, de fato, uma natureza humana que prenuncia as fronteiras da experiência cultural e condiciona as nossas formas de sociabilidade; ou, ao contrário, as nossas formas de sociabilidade são o resultado de um complexo de construções ambientais, tão variáveis quanto os fatores ambientais possíveis, de maneira que não se pode conceber qualquer ancoragem normativa precedente? A interrogação dá conta do fato de que os estudos acerca da constituição do homem cívico nos remetem a outras áreas do conhecimento, especialmente às abordagens psicanalíticas sobre a vida ativa e criativa.

Mas Winnicott não desconsidera a importância dessa dimensão cultural nos momentos transicionais. Com efeito, indaga ele, “qual a atitude local para com as chupetas, a sucção polegar, os exercícios auto-eróticos em geral?”¹⁹. Numa posição que se poderia vislumbrar como crítica à abordagem culturalista da sociologia política, que pretende, através de pesquisas empíricas, avaliar o tema da cultura política e a centralidade que se atribui ao papel da confiança, o autor questiona a validade de certas investigações acerca dos diferentes costumes sociais, e assinala:

Observe-se que estou interessado na motivação inconsciente, algo que não constitui inteiramente um conceito popular. Os dados de que necessito não podem ser selecionados a partir de um questionário a ser preenchido. Não se pode programar um computador para fornecer motivos que são inconscientes nos indivíduos – cobaias de uma investigação. Aqueles que passaram suas vidas fazendo psicanálise deveriam clamar aqui em favor da sanidade, contra a crença insana em fenômenos superficiais que caracteriza as investigações computadorizadas de seres humanos.²⁰

Desde *Psicologia das massas e análise do ego*, de Sigmund Freud, postula-se a impossibilidade de uma sociologia que se pretende neutra

¹⁹ Id., p. 192.

²⁰ Id., p. 193.

com relação aos estudos acerca do psiquismo individual. Toda análise individual deve ser acompanhada de uma análise social, e vice-versa. No entender de Eugène Enriquez, baseado nos ensinamentos de Freud, uma sociologia só tem razão de existir ao se transformar em uma psicossociologia. Não se pode estudar de maneira absoluta e uniforme os indivíduos que apresentam características sociais e culturais semelhantes, pois tal abordagem não permite entrever os comportamentos específicos e pessoais de cada indivíduo analisado. “Será preciso estudar, em cada circunstância, como se comportam os diferentes sujeitos que compõem um grupo, seu grau de consciência dos diversos problemas, sua percepção da realidade em que se encontram, os conflitos que os dividem e os acordos que os associam”²¹.

Em arremate, gostaria de concluir o presente ensaio com uma referência à reflexão freudiana sobre o tema da experiência cultural, manifestado especificamente em *O mal-estar na civilização*, a qual se contrapõe à perspectiva de Winnicott. Freud revela nesta obra que o desenvolvimento da civilização aparece como um processo de modificação das disposições instintivas dos seres humanos com vistas a satisfazer a economia da vida. Os instintos e a agressividade, guiados pelo princípio do prazer, são induzidos a deslocarem suas satisfações para outros caminhos, o que ocorre necessariamente com a sublimação, aspecto determinante do desenvolvimento cultural. Vislumbra-se, pois, uma relação de oposição entre natureza e cultura, dualismo que representa o pressuposto típico do paradigma da modernidade²². Existe, na verdade, e esse é o sentido da reflexão de Winnicott que pretendo assinalar, uma relação mútua entre os termos do par referido, expressa, a bem dizer, no fato de que a experiência cultural localiza-se entre o homem natural e o meio-ambiente compartilhado, num espaço essencialmente criativo e imaginativo. Somente através de uma concepção criativa da experiência cultural, na qual se unem de modo indissociável natureza e cultura, é possível conceber o tema da democracia e do homem cívico, bem como o conceito republicano de liberdade, categoria central que constata o potencial emancipatório da vida pública criativa.

²¹ ENRIQUEZ, Eugène. *Da borda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 50.

²² Cf. PLASTINO, Carlos Alberto. *O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.